

INSTITUTO RENÉ RACHOU

Termo de Referência 24/2026

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
24/2026	254423-INSTITUTO RENÉ RACHOU	LUIZ GUSTAVO MELO DA SILVA	17/06/2026 16:00 (v 0.4)
Status			
ASSINADO			

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
II - compra, inclusive por encomenda/Bens de consumo	13/2026	25381.000024/2026-08

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Aquisição de [Materiais de Expediente e Papelaria para o IRR/Fiocruz](#), nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

Consolidação de DFD

Aquisição de material expedientes e outros
Contratação nº 013/2026

Item	LW	CATMAT	Descrição	Unid.	Qtde.	VL. Unit.	VL. Total
1	21694	292406	CATMAT: Caneta Marca-Texto Material: Plástico , Tipo Ponta: Porosa , Cor: Fluorescente Amarela , Tipo: Não Recarregável , Dimensões: 4 M Complemento: CANETA MARCA TEXTO AMARELA ATÓXICA PONTA 4 MM. MARCAS ACEITÁVEIS: BIC, COMPACTOR, FABER-CASTELL. CIS, PILOT Marca: MARCAS ACEITAVEIS	Unidade	400,00	0,75	300,00
2	30896	241162	CATMAT: CANETA PERMANENTE, MATERIAL CORPO: PLÁSTICO, MATERIAL PONTA:PLÁSTICO, FORMATO: CILÍNDRICO, TIPO ESCRITA:FINA, COR TINTA:AZUL, APLICAÇÃO:IDENTIFICAÇÃO EM PLÁSTICOS DE LABORATÓRIO, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS:TINTA PERMANENTE E RESISTENTE A AUTOCLAVE,ÁGUA,ÁL- Complemento: CANETA PERMANENTE MARCADORA PONTA DUPLA ESCRITA FINA 1,0 MM E EXTRAFINA 0,4 MM, AZUL, MARCAS ACEITÁVEIS SHARPIE, SAKURA Marca: MARCAS ACEITAVEIS	Unidade	600,00	15,09	9.054,00
3	29570	241163	CATMAT: CANETA PERMANENTE, MATERIAL CORPO: PLÁSTICO, MATERIAL PONTA:PLÁSTICO, FORMATO: CILÍNDRICO, TIPO ESCRITA:FINA, COR TINTA:PRETA, APLICAÇÃO:IDENTIFICAÇÃO EM PLÁSTICOS DE LABORATÓRIO, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS:TINTA PERMANENTE E RESISTENTE A AUTOCLAVE,ÁGUA,ÁL- Complemento: CANETA PERMANENTE MARCADORA	Unidade	500,00	14,85	7.425,00

			PONTA DUPLA ESCRITA FINA 1,0 MM E EXTRAFINA 0,4 MM, PRETA, MARCAS ACEITÁVEIS SHARPIE, SAKURA Marca: MARCAS ACEITAVEIS				
4	10275	367974	CATMAT: CLIPE, TRATAMENTO SUPERFICIAL: NIQUELADO, APLICAÇÃO:FIXAR PAPÉIS E SIMILARES, TAMANHO:3, MATERIAL:AÇO CARBONO, FORMATO: PARALELO Complemento: CLIPES Nº 3 NIQUELADO CX 100 UN	Caixa 100 un.	100,00	2,22	222,00
5	21701	386956	CATMAT: Cola Composição: Acetato De Polivinila , Cor: Branca , Aplicação: Papel, Madeira, Tecido, Couro , Características Adicionais: Bico Aplicador, Tampa Fixa, Atóxica, Lavável , Tipo: Líquido Complemento: COLA LIQUIDA FR 40 G PARA PAPEL, MADEIRA, TECIDO, COURO COM BICO, LAVAVEL E ATOXICA. MARCAS ACEITÁVEIS: 3M, BIC, CASCOLAR, SCOTCH, TRIS Marca: MARCAS ACEITAVEIS	Frasco 40 G	300,00	5,07	1.521,00
6	21714	232376	CATMAT: LIVRO ATA, MATERIAL:PAPEL SULFITE, QUANTIDADE FOLHAS:100 FL, COMPRIMENTO:330 MM, LARGURA:220 MM, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: CAPA DURA DE PAPELÃO/FOLHAS NUMERADAS Complemento: LIVRO ATA PAUTADO, CAPA DURA PRETA (FRENTE E VERSO), SEM MARGEM, COM 100 FOLHAS ENUMERADAS, MEDINDO 220 X 330MM	Unidade	200,00	9,78	1.956,00
7	21716	373896	CATMAT: PAPEL KRAFT, GRAMATURA:80 G/M2, COMPRIMENTO:165 M, LARGURA:60 CM, COR:PARDA Complemento: PAPEL KRAFT, COR PARDA, GRAMATURA 80 G/M2, ROLO MEDINDO: 60 CM (LARGURA) X 165 M (COMPRIMENTO)	Rolo 165 M	20,00	110,70	2.214,00
8	21719	347619	CATMAT: PASTA ARQUIVO, MATERIAL:PAPELÃO, TIPO: COM ABAS, LARGURA:230 MM, ALTURA:340 MM, COR: AZUL MARINHO, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS:COM ELÁSTICO Complemento: PASTA DE PAPELÃO AZUL C/ELÁSTICO C 3 ABAS, PLASTIFICADA. MARCAS ACEITÁVEIS: POLYCART, FRAMA, TILIBRA, ACP Marca: MARCAS ACEITAVEIS	Unidade	100,00	2,00	200,00
9	21720	303944	CATMAT: PASTA ARQUIVO, MATERIAL:POLIPROPILENO, TIPO: L, LARGURA:220 MM, ALTURA:310 MM, APLICAÇÃO: DOCUMENTOS,CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: TRANSPARENTE Complemento: PASTA PLASTICA EM L TAMANHO A4, POLIPROPILENO, ESPESSURA 0,18 MED 220 X 305MM PCT C/10 UNIDADES. MARCAS ACEITÁVEIS: DELLO, DAC, YES, VMP Marca: MARCAS ACEITAVEIS	Pacote 10 UN.	200,00	7,33	1.466,00
10	31074	277709	CATMAT: Agenda; Tipo: Executivo; Quantidade Folhas: 300 FL; Tipo Encadernação: Costurada E Colada; Formato Folhas: 14,5 X 20,5 CM Complemento: Agenda executiva costurada diária 159x233mm (com aproximadamente 190 folhas). Produto certificado: FSC	Unidade	1,00	75,95	75,95
11	25208	382454	CATMAT: Almofada Carimbo Material Caixa: Plástico , Tamanho: Nº 3 , Cor: Azul , Tipo: Entintada , Comprimento: 120 MM, Largura: 90 MM. Complemento: ALMOFADA Nº 3 P/ CARIMBO TINTA AZUL 120X90 MM	Unidade	30,00	8,63	258,90
12	11635	468205	CATMAT: Apontador Lápis Material: Metal , Tipo: Escolar , Tamanho: Pequeno , Quantidade Furos: 1 Complemento: APONTADOR DE LÁPIS SIMPLES PLASTICO COM LÂMINA DE AÇO, 1 FURO.	Unidade	100,00	0,40	40,00
			CATMAT: Barbante Algodão Quantidade Fios: 8 UN, Acabamento Superficial: Crú , Cor: Branca.UNIDADE: Rolo 200				

13	21822	435053	GRAMA Complemento: BARBANTE DE ALGODÃO 8 FIOS ROLO DE 200 GR	Rolo 200 G	150,00	8,48	1.272,00
14	23979	419863	CATMAT: BATERIA NÃO RECARREGÁVEL, SISTEMA ELETROQUÍMICO: ALCALINA, TENSÃO NOMINAL: 9 V, DIMENSÕES: 25X45X15 MM, FORMATO: RETANGULAR Complemento: BATERIA ALCALINA 9 VOLTS 25x45x15 MM (LxAxP) MARCAS ACEITÁVEIS: ELGIN, RAYOVAC, PANASONIC, DURACELL, PHILLIPS Marca: MARCAS ACEITAVEIS	Unidade	100,00	13,30	1.330,00
15	27493	448048	CATMAT: BOBINA PAPEL IMPRESSORA, TIPO PAPEL PAPEL TÉRMICO, COMPRIMENTO 30, LARGURA 57, APLICAÇÃO IMPRESSORA TÉRMICA, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS UMA VIA Complemento: BOBINA TÉRMICA, 1 VIA, 57 X30 MM DIÂMETRO, ROLO DE 10 M, COMPATÍVEL C/ IMPRESSORAS FH190	Unidade	100,00	4,37	437,00
16	21687	428584	CATMAT: Borracha Apagadora Escrita Material: Borracha Livre De Pvc , Comprimento: 42 MM, Largura: 21 MM, Altura: 11 MM, Cor: Branca , Características Adicionais: Capa Plástica Protetora , Aplicação: Para Lápis Complemento: BORRACHA DE LÁTEX BRANCA COM CINTA PLÁSTICA 4,2x2,95x1,4 CM (CXLXA)	Unidade	100,00	0,65	65,00
17	21689	413306	CATMAT: Caderno Material: Papel Off-Set 63g/M2, Branco , Material Capa: Papel Cartão Duplex 250 G/M2 , Quantidade Folhas: 48 FL, Comprimento: 200 MM, Largura: 140 MM, Características Adicionais: Desenho, Espiral, Arame Galvanizado Complemento: CADERNO ESPIRAL 1/4 48 FOLHAS 140X200 MM (CXA)	Unidade	200,00	3,60	720,00
18	21690	468082	CATMAT: Caixa arquivo, material: plástico corrugado, dimensão (c x l x a): 36,0 x 13,5 x 25,0 cm, cor: colorido, impressão: padrão, características adicionais: com trava Complemento: CAIXA ARQUIVO AMARELA PLÁSTICO POLIONDA TAMANHO OFÍCIO 36x13,5x25 CM (CXLXA)	Unidade	600,00	3,99	2.394,00
19	30893	392276	CATMAT: Caneta Esferográfica Material: Plástico , Quantidade Cargas: 1 UN, Material Ponta: Plástico Com Esfera De Tungstênio , Tipo Escrita: Média , Cor Tinta: Azul , Características Adicionais: Com Orifício Lateral Complemento: CANETA ESFEROGRÁFICA AZUL, CORPO CRISTAL TRANSLUCIDO E SEXTAVADO, PONTA DE LATÃO C/ ESFERA, ESPESSURA MÉDIA. MARCAS ACEITÁVEIS: BIC, COMPACTOR, FABER-CASTELL. CIS, PILOT Marca: MARCAS ACEITAVEIS	Unidade	3.000,00	1,51	4.530,00
20	30892	392277	CATMAT: Caneta Esferográfica Material: Plástico , Quantidade Cargas: 1 UN, Material Ponta: Plástico Com Esfera De Tungstênio , Tipo Escrita: Média , Cor Tinta: Preta , Características Adicionais: Com Orifício Lateral Complemento: CANETA ESFEROGRÁFICA PRETA, CORPO CRISTAL TRANSLUCIDO E SEXTAVADO, PONTA DE LATÃO C/ ESFERA, ESPESSURA MÉDIA. MARCAS ACEITÁVEIS: BIC, COMPACTOR, FABER-CASTELL. CIS, PILOT Marca: MARCAS ACEITAVEIS	Unidade	1.500,00	0,99	1.485,00
21	30894	317170	CATMAT: Caneta Esferográfica Material: Plástico Cristal , Material Ponta: Latão Com Esfera De Tungstênio , Tipo Escrita: Média , Cor Tinta: Vermelha , Características Adicionais: Suspiro Lateral, Resina Termoplástica, Tinta Base Complemento: CANETA ESFEROGRÁFICA VERMELHA, CORPO CRISTAL TRANSLUCIDO E SEXTAVADO, PONTA DE LATÃO C/ ESFERA, ESPESSURA MÉDIA. MARCAS	Unidade	200,00	1,30	260,00

			ACEITÁVEIS: BIC, COMPACTOR, FABER-CASTELL. CIS, PILOT Marca: MARCAS ACEITAVEIS				
22	27507	438835	CATMAT: CANETA PERMANENTE, MATERIAL CORPO: PLÁSTICO, MATERIAL PONTA: PLÁSTICO, TIPO ESCRITA: GROSSA, COR TINTA: PRETA, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: PONTA CHANFRADA Complemento: CANETA MARCADORA PERMANENTE 5.0 MM PRETA PONTA CHANFRADA. MARCAS ACEITÁVEIS: SHARPIE, BIC, PILOT. Marca: MARCAS ACEITAVEIS	Unidade	200,00	2,05	410,00
23	23893	289373	CATMAT: CAPA ENCADERNAÇÃO, MATERIAL: PVC - CLORETO DE POLIVINILA, TIPO: A4, COR: INCOLOR, FORMATO: 210 X 297 MM, ESPESSURA: 0,30 MM, TRANSMITÂNCIA: FOSCO Complemento: CAPA ENCADERNAÇÃO PVC A4 210X297 MM FOSCO TRANSPARENTE PCT 100 UN	Pacote 100 UN.	10,00	36,90	369,00
24	23894	360241	CATMAT: CAPA ENCADERNAÇÃO, MATERIAL:PVC - CLORETO DE POLIVINILA, COR:PRETA, FORMATO:210 X 297 MM Complemento: CAPA ENCADERNAÇÃO PVC A4 210X297 MM PRETO PCT 100 UN	Pacote 100 UN.	10,00	48,26	482,60
25	21702	401408	CATMAT: CINTA ELÁSTICA, MATERIAL: BORRACHA, TAMANHO: 18, COR: AMARELA, APLICAÇÃO: ORGANIZAÇÃO MATERIAL EXPEDIENTE. Complemento: ELÁSTICO Nº 18 LATEX AMARELO PCT 120 UNIDADES OU 100GR	Pacote 100 G	300,00	4,50	1.350,00
26	21824	417219	CATMAT: Copo descartável, material: poliestireno, capacidade: 200 ml, aplicação: água,suco e refrigerente, características adicionais: atóxico, de acordo c, norma abnt, nbr 14865, cor: branco, pct c/ 100. Complemento: COPO DESCARTÁVEL PARA ÁGUA EM POLIESTIRENO (PS) ATÓXICO CAP. 200ml PCT C/100 UNIDADES, TEMPERATURA MÁXIMA DE USO 100°C.	Pacote 100 UN.	1.000,00	3,96	3.960,00
27	21825	419309	CATMAT: Copo descartável, material: poliestireno, capacidade: 50 ml, aplicação: café, características adicionais: atóxico, de acordo c, norma abnt, nbr 14865, cor: branco, pct c/ 100 unid. Complemento: COPO DESCARTÁVEL PARA CAFÉ EM POLIESTIRENO (PS) ATÓXICO CAP. 50ML PCT COM 100 UNIDADES, TEMPERATURA MÁXIMA DE USO 100°C.	Pacote 100 UN.	50,00	2,99	149,50
28	10195	451751	CATMAT: Disco Compacto - Cd/Dvd Tempo Duração: 120 MIN Tipo: Gravável / Dvd R Características Adicionais: Embalagem Tipo Envelope De Papel Velocidade Gravação: 16x Capacidade Dvd Rom: 4.7 GB Complemento: MÍDIA DVD-R, GRAVÁVEL, CAPACIDADE DE GRAVAÇÃO 4.7 GB, VELOCIDADE DE GRAVAÇÃO 16X, EMBALADO EM CAIXA ACRÍLICA C/ LACRE INVOLÁVEL E FILME PLÁSTICO, CAIXA C/ INDICAÇÕES DE CAPACIDADE, VELOCIDADE DE GRAVAÇÃO, TIPO, NOME DO FABRICANTE. EMBALAGEM 50 UNIDADES. MARCAS ACEITAVEIS: MULTILASER E ELGIN Marca: MARCAS ACEITAVEIS	Tubo 50 UN.	50,00	49,90	2.495,00
29	10194	378338	CATMAT: DISCO LASER CDR, TIPO:GRAVÁVEL, CAPACIDADE:700 MB, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: VELOCIDADE GRAVAÇÃO 52X, SEM CAPA, CAPACIDADE E LO, DURAÇÃO:80 MIN Complemento: MÍDIA CD-R, GRAVÁVEL, CAPACIDADE 700MB, VELOCIDADE DE GRAVAÇÃO 32X OU SUPERIOR IMPRESSA NO CD, EM CAIXA ACRÍLICA PADRÃO INDIVIDUAL E EMBALAGEM PLÁSTICA INVOLÁVEL – MÍDIA PRATA. MARCA IMPRESSA NO CD. TUBO 50	Tubo 50 UN.	100,00	48,85	4.885,00

			UNIDADE. MARCAS ACEITAVEIS: ELGIN, MULTILASER, MAXPRINT Marca: MARCAS ACEITAVEIS				
30	21727	392401	CATMAT: Envelope plástico, tipo plástico: propileno cristal, espessura: 10 micra, comprimento: 33 cm, largura: 24 cm, características adicionais: 2 faces com 1 abertura, atóxico, quatro furos, tipo: saco Complemento: SACO PLÁSTICO 24x33 CM TRANSPARENTE ESPESSURA 0,12 MM, 4 FUROS TAM.OFÍCIO, PCT 100 UNID. MARCAS ACEITÁVEIS: DELLO, YES, DAC, VMP Marca: MARCAS ACEITAVEIS	Pacote 100 UN.	100,00	31,71	3.171,00
31	15687	234919	CATMAT: Espiral Encadernação Material: Plástico , Diâmetro: 25 MM, Comprimento: 350 MM, Cor: Preta, Complemento: ESPIRAL ENCADERNAÇÃO 25MM PVC SEMI-RIGIDO PRETO 160 FOLHAS PCT 06 UNID.	Pacote 06 UN.	7,00	37,99	265,93
32	31527	278812	CATMAT: Extrator Grampo Material: Aço Inoxidável, Tipo: Espátula, Tratamento Superficial: Cromado Complemento: EXTRATOR DE GRAMPO TIPO ESPÁTULA, ACO INOXIDAVEL, MEDINDO 145 X 15 MM.	Unidade	200,00	1,32	264,00
33	23825	420825	CATMAT: Filme Embalagem Material: Pvc - Cloreto De Polivinila , Tipo Filme: Termoencolhível , Largura: 28 CM, Aplicação: Armazenamento De Alimentos , Comprimento: 30 M, Transmítância: Transparente, Rolo 30 M. Complemento: FILME DE PVC TRANSPARENTE 28CM x 30 M. MARCAS ACEITÁVEIS: WYDA, FIAT LUX, GLOBOPACK, MAJIPACK Marca: MARCAS ACEITAVEIS	Rolo 30 M	300,00	3,89	1.167,00
34	21708	467552	CATMAT: Fita Adesiva Material: Pvc , Largura: 48 MM, Comprimento: 50 M, Cor: Incolor Complemento: FITA ADESIVA 48MMX50M PVC TRANSPARENTE P/ EMPACOTAMENTO. MARCAS ACEITÁVEIS: 3M, ADERE, ALDEBRÁS. Marca: MARCAS ACEITAVEIS	Rolo 50 M	925,00	6,85	6.336,25
35	21707	279045	CATMAT: FITA ADESIVA, MATERIAL POLIPROPILENO TRANSPARENTE, TIPO MONOFACE, LARGURA 19, COMPRIMENTO 50, COR INCOLOR, APLICAÇÃO MULTIUSO Complemento: FITA ADESIVA 19MMX50M TRANSPARENTE (TIPO DUREX) ROLO DE 50 METROS. MARCAS ACEITÁVEIS: 3M, ADERE, ALDEBRÁS. Marca: MARCAS ACEITAVEIS	Rolo 50 M	600,00	4,36	2.616,00
36	11617	350646	CATMAT: FITA ADESIVA, MATERIAL: CREPE, TIPO: MONOFACE, LARGURA: 19 MM, COMPRIMENTO: 50 M, COR: BRANCA, APLICAÇÃO: MULTIUSO Complemento: FITA CREPE TAMANHO 19MMX50M, ROLO DE 50 METROS. MARCAS ACEITÁVEIS: 3M, ADERE, MISSNER, CIEX Marca: MARCAS ACEITAVEIS	Rolo 50 M	300,00	6,62	1.986,00
37	12464	378539	CATMAT: Flanela Material: Algodão , Comprimento: 40 CM, Largura: 60 CM, Cor: Branca , Características Adicionais: Acabamento Nas Bordas Complemento: FLANELA APROX. 40X60CM COR BRANCA COM ACABAMENTO COSTURADO NAS BORDAS.	Unidade	500,00	2,15	1.075,00
38	10270	203158	CATMAT: Grampo Grampeador Material: Metal , Tratamento Superficial: Anodizado , Tamanho: 26/6 Complemento: GRAMPO P/GRAMPEADOR 26/6 CX 5000 UNID	Caixa 5000 un.	50,00	8,99	449,50
39	23892	280482	CATMAT: LACRE SEGURANÇA, MATERIAL POLIETILENO, COMPRIMENTO 100, LARGURA 2,5, TIPO ABRAÇADEIRA, PACOTE COM 100 UN Complemento: LACRE ABRAÇADEIRA DE NYLON 2,5MM X 100 MM, COR PRETO OU BRANCO, PCT 100 UNID	Pacote 100 UN.	100,00	4,65	465,00

40	21713	409001	CATMAT: Lápis preto, material corpo: poliestireno reciclado, dureza carga: hb, material carga: grafite nº 2 Complemento: LÁPIS TIPO ECOLÓGICO HB N.O 2; CORPO: CORPO HEXAGONAL, MÍNIMO DE 40% DE POLIESTIRENO RECICLADO, SEM MADEIRA, MINA ULTRARRESISTENTE, NÃO QUEBRA COM FACILIDADE E NÃO LASCA QUANDO APONTADO E QUANDO QUEBRA, SEM BORRACHA NAS PONTAS. MINA HB N.O 2. REF. EVOLUTION STYLE, EQUIVALENTE OU DE MELHOR QUALIDADE. MARCAS ACEITÁVEIS: BIC, COMPACTOR, FABER-CASTELL. Marca: MARCAS ACEITAVEIS	Unidade	2.000,00	0,67	1.340,00
41	11648	356357	CATMAT: Livro protocolo, quantidade folhas: 100 un, comprimento: 202 mm, largura: 148 mm, tipo capa: dura, características adicionais: folhas pautadas , meio ofício, material capa: papelão, gramatura folhas: 54 g,m2 Complemento: LIVRO DE PROTOCOLO DE CORRESPONDÊNCIAS CAPA DURA COM 100 FOLHAS, MEDIDAS 148MM X 202MM. Marca: MARCAS ACEITAVEIS	Unidade	20,00	9,00	180,00
42	30917	480452	CATMAT: Material: Plástico Tipo: Rotuladora Largura: 18 MM Comprimento: 8 M Cor: Preta Aplicação: Rotulador Eletrônico Marca Brother Características Adicionais: Impressão Na Cor Branca Complemento: Fita para rotulador, branca laminada 18 mm x 0.7. Marca: BROTHER Referência: TZe-241	Unidade	1,00	143,93	143,93
43	28412	221390	CATMAT: Papel Alumínio Material: Alumínio , Comprimento: 7,50 M, Largura: 30 CM, Apresentação: Rolo Complemento: PAPEL ALUMINIO ROLO 30CM x 7,5M. MARCAS ACEITÁVEIS: WYDA, BOREDA, BAC ALUMÍNIO, PRATSY Marca: MARCAS ACEITAVEIS	Rolo	400,00	4,72	1.888,00
44	21715	461819	CATMAT: PAPEL PARA IMPRESSÃO FORMATADO, TIPO: SULFITE/APERGAMINHADO/OFÍCIO, TAMANHO (C X L): 297 X 210 MM, GRAMATURA:75 G/M2, COR:BRANCO Complemento: PAPEL BRANCO ECF(ELEMENTAL CHLORINE FREE) A4 75G/M2 FORMATO 210MM X 297MM PACOTE COM 500 FOLHAS.(ATENDER AS EXIGÊNCIAS DOS CERTIFICADOS CERFLOR E ISO 14001). MARCAS ACEITÁVEIS: CHAMEX, COPIMAX, REPORT. Marca: MARCAS ACEITAVEIS	Embalagem 500 FL	2.000,00	23,05	46.100,00
45	21721	352857	CATMAT: PASTA ARQUIVO, MATERIAL: PLÁSTICO CORRUGADO FLEXÍVEL, TIPO: COM ABAS, LARGURA: 250 MM, ALTURA: 335 MM, LOMBADA: 55 MM, COR: AZUL, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: COM ELÁSTICO Complemento: PASTA POLIONDA 335X250X55 MM AZUL COM ELÁSTICO. MARCAS ACEITÁVEIS: CARTONALE, POLIBRAS, POLYCART, ALAPLAST Marca: MARCAS ACEITAVEIS	Unidade	100,00	3,95	395,00
46	31721	370166	CATMAT: Pasta Exposição Material: Plástico, Comprimento: 330MM, Largura: 240MM, Cor: Preta, Características Adicionais: Estrutura Plástica Semi-Flexível, Tipo Moldura Co- Complemento: PASTA CATALOGO SEM VISOR, PRETA, 243 x 333 mm (LXA), COM 04 ARGOLAS, P/ 50 PLASTICOS, SEM PLASTICO, TIPO FICHARIO.	Unidade	150,00	17,00	2.550,00
47	15699	246685	CATMAT: Pilha Tamanho: Pequena , Tipo: Alcalina , Modelo: Aaa , Tensão: 1,5 V, Características Adicionais: Não Recarregável Complemento: PILHA ALCALINA AAA 1,5 VOLT, PCT COM 2 UNIDADES. MARCAS ACEITÁVEIS: ELGIN, RAYOVAC, PANASONIC, DURACELL, PHILLIPS Marca: MARCAS ACEITAVEIS	Embalagem 2 UN.	1.000,00	8,39	8.390,00
			CATMAT: Pilha Tamanho: Pequena , Tipo: Comum , Modelo: AA Complemento: PILHA ALCALINA AA 1,5 VOLT, PCT COM 02				

48	21831	419859	UNIDADES, MARCAS ACEITÁVEIS: ELGIN, RAYOVAC, PANASONIC, DURACELL, PHILLIPS. Marca: MARCAS ACEITAVEIS	Embalagem 2 UN.	500,00	12,99	6.495,00
49	11627	233845	CATMAT: Pincel Quadro Branco / Magnético Material: Plástico , Material Ponta: Feltro , Tipo Carga: Descartável , Cor: Azul Complemento: PINCEL MARCADOR PARA QUADRO BRANCO 3,0MM, AZUL. MARCAS ACEITÁVEIS: BIC, FABER-CASTELL, PILOT Marca: MARCAS ACEITAVEIS	Unidade	100,00	2,00	200,00
50	31767	220986	CATMAT: Plástico Bolha Material: Plástico, Largura: 1,30M, Comprimento: 100M, Apresentação: Bobina Complemento: PLÁSTICO BOLHA, MATERIAL PLÁSTICO, LARGURA 1,30, COMPRIMENTO 100, APRESENTACAO BOBINA.	Bobina	2,00	91,50	183,00
51	30651	411977	CATMAT: Prancheta Portátil, material: eucatex, comprimento: 350 mm, largura: 250 mm, cor: marrom, características adicionais: com pegador metálico Complemento: Prancheta portátil em eucatex, madeira ou MDF. Dimensões aproximadas: 340mm x 230mm. Com pregador metálico.	Unidade	100,00	3,95	395,00
52	22587	447157	CATMAT: Protetor crachá, material: pvc cristal, comprimento: 89 mm, altura: 58 mm, características adicionais: com furo para presilha, tipo: vertical Complemento: PROTETOR EM PVC CRISTAL 015, 8X4 CM, RESISTENTE E TRANSPARENTE, TARJA DE 1 CM C/ FURO NA PARTE SUPERIOR 4 CM	Unidade	200,00	0,67	134,00
53	15797	387251	CATMAT: PROTETOR CRACHÁ, MATERIAL:PVC FLEXÍVEL TRANSPARENTE, ALTURA:12,50 CM, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS:VERTICAL, LARGURA:10 CM, TIPO:ENVELOPE Complemento: PROTETOR PVC DOCUMENTO E CRACHÁ 13 X 9 X 2 CM, (ALTURA X LARGURA X TARJA) VERTICAL, RESISTENTE, TRANSPARENTE, SEM CORDÃO E SEM PRESILHA	Unidade	3.000,00	0,90	2.700,00
54	21725	303762	CATMAT: Régua Escritório Material: Acrílico , Comprimento: 30 CM, Graduação: Centímetro/Milímetro , Cor: Incolor , Transmítância: Transparente Complemento: REGUA 30CM PLASTICA TRANSPARENTE. MARCAS ACEITÁVEIS: ACRIMET, WALEU, MAXCRILL, DELLO Marca: MARCAS ACEITAVEIS	Unidade	100,00	2,65	265,00
55	21844	372858	CATMAT: Saco Material: Plástico, Altura: 35CM, Largura: 25CM, Aplicação: Embalagem, Características Adicionais: Rolo Picotado Complemento: SACO PLÁSTICO, TIPO ROLBAG, 25X35 CM (LXC), PICOTADO, ROLO COM 500 UNIDADES. MARCAS ACEITÁVEIS: ROLBAG, PLASTIMPEL, EMBALA COMMERCE, FLEXBAG Marca: MARCAS ACEITAVEIS	Bobina 500 un.	300,00	18,29	5.487,00
56	21726	253717	CATMAT: Saco, material: plástico, tipo uso: fichário, cor: incolor, aplicação: acondicionamento, características adicionais: sem furo, altura: 33 cm, largura: 23 cm, transmitância: transparente, pct com 100 unid. Complemento: SACO PLÁSTICO 24x33 CM TRANSPARENTE ESPESURA 0,12 MM, SEM FURO TAM.OFÍCIO, PCT 100 UNID. MARCAS ACEITÁVEIS: DELLO, YES, DAC, VMP Marca: MARCAS ACEITAVEIS	Pacote 100 UN.	50,00	25,90	1.295,00
57	30650	406801	CATMAT: Tesoura material: aço inoxidável, material cabo: polipropileno, comprimento: 20 cm, características adicionais: cabo anatômico preto Complemento: Tesoura de uso geral. Lâminas de aço inoxidável com tratamento térmico. Cabo em polipropileno reforçado.	Unidade	100,00	12,00	1.200,00

			Comprimento: 19cm a 21cm. Marcas aceitáveis: MUNDIAL, CIS, TRAMONTINA. JOCAR OFFICE. Marca: MARCAS ACEITAVEIS				

Total estimado da contratação
R\$ 148.463,56

1.1.1 Estimativas de consumo individualizadas, do órgão gerenciador e órgão(s) e entidade(s) participante(s). - NÃO EXISTEM ÓRGÃOS - UG'S Participantes

1.2. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

1.3. O objeto desta contratação não se enquadra como bem de luxo, conforme Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021.

1.4. O prazo de vigência da contratação é de **120 dias** contados da **assinatura do Termo de Contrato ou envio da Ordem de Fornecimento**, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.5. O contrato ou outro instrumento hábil que o substitua oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, **anexo do processo 25381.000024/2026-08**.

2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual, conforme detalhamento a seguir:

I) ID PCA no PNCP: [...]; 33781055000135-0-000013/2026

II) Data de publicação no PNCP: 15/05/2025

III) Id do item no PCA: 254423-24/2026

IV) Identificador da Futura Contratação: 1610 a 1618

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, [anexo do processo 25381.000024/2026-08](#).

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

6Sustentabilidade

4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

4.1.1. Para os itens "PILHAS e BATERIAS", estes Demandam a necessidade de Verificação da conformidade dos produtos ofertados com os padrões técnicos estabelecidos na Resolução CONAMA 257 e 263 acerca de metais pesados;

4.1.2. Necessidade de verificação da norma ISO 14001 referenciada na aquisição do Papel A4

Indicação de marcas ou modelos

4.2. Na presente contratação será admitida a aquisição apenas das marcas aceitáveis em cada item do quadro do item 1 deste Termo de Referência, de acordo com as justificativas realizadas pelo requisitante, contidas nos Estudos Técnicos Preliminares, anexo do processo 25381.000024/2026-08

Subcontratação

4.3. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

Garantia da contratação

4.4. Não haverá exigência da garantia da contratação dos art. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.

Reserva de cotas para microempresas e empresas de pequeno porte:

4.5. Na presente licitação, será realizada a reserva de cota para a contratação de microempresas e empresas de pequeno porte.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de Entrega

5.1. O prazo de entrega dos bens será de até 30 (trinta) dias para produtos nacionais e de 90 (noventa) dias para produtos importados, contados a partir da assinatura do contrato ou do envio da Ordem de Fornecimento acompanhada da Nota de Empenho, em remessa única.

5.2. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos **02 (dois) dias** de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

5.4. Os bens deverão ser entregues no seguinte endereço: [ALMOXARIFADO do Instituto René Rachou - Tel. \(31\) 3349-7818 / 7714 -](#)

Garantia, manutenção e assistência técnica

5.5. O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor)

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. *Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.*

Fiscalização

6.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.

Fiscalização Técnica

6.7. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

6.8. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

6.9. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

6.10. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

6.11. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

6.12. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

Fiscalização Administrativa

6.13. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

6.14. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

6.15. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante

terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

Gestor do Contrato

6.16. Cabe ao gestor do contrato:

6.16.1. coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

6.16.2. acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

6.16.3. acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

6.16.4. emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

6.16.5. tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

6.16.6. elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

6.16.7. enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

7. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

7.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a. der causa à inexecução parcial do contrato;
- b. der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c. der causa à inexecução total do contrato;
- d. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e. apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f. praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

7.2. Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

7.2.1. Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

7.2.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

7.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

7.2.4. Multa:

7.2.4.1. *Moratória, para as infrações descritas no item “d”, de 0,07% (sete centésimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 15 (quinze) dias.*

7.2.4.2. *Compensatória, para as infrações descritas acima alíneas “e” a “h” de 21% (vinte e um por cento) a 30% (trinta por cento) do valor da contratação.*

7.2.4.3. *Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista acima na alínea “c”, de 15% (quinze por cento) a 20% (vinte por cento) do valor da contratação.*

7.2.4.4. *Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “b”, de 11% (onze por cento) a 20% (vinte por cento) do valor da contratação.*

7.2.4.5. *Compensatória, em substituição à multa moratória para a infração descrita acima na alínea “d”, de 11% (onze por cento) a 20% (vinte por cento) do valor da contratação.*

7.2.4.7. *Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “a”, de 5% (cinco por cento) a 10% (dez por cento) do valor da contratação.*

7.3. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

7.4. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

7.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

7.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

7.7. A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

7.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

7.8.1. Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

7.8.2. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SICAF serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

7.9. Na aplicação das sanções serão considerados:

7.9.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

7.9.2. as peculiaridades do caso concreto;

7.9.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

7.9.4. os danos que dela provierem para o Contratante; e

7.9.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

7.10. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

7.11. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

7.12. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

7.12.1. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

7.13. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.14. Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

8. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

Recebimento

8.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária[A1], no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

8.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de **15 (quinze) dias**, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

8.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de **04 (quatro) dias úteis**, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

8.4. Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até **02 (dois) dias úteis**

8.5. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

8.6. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal quanto à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

8.7. O prazo para a solução, pelo Contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

8.8. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

8.9. As atividades de montagem, instalação e quaisquer outras necessárias para o funcionamento ou uso do bem correrão por conta do Contratado e são condição para o recebimento do objeto.

Liquidação

8.10. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

8.11. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.12. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- 8.12.1. o prazo de validade;
- 8.12.2. a data da emissão;
- 8.12.3. os dados do contrato e do órgão contratante;
- 8.12.4. o período respectivo de execução do contrato;
- 8.12.5. o valor a pagar; e
- 8.12.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

8.13. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante;

8.14. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.15. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

- 8.15.1 verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas;
- 8.15.2 identificar possível razão que impeça a participação em licitação/contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

8.16. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

8.17. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

8.18. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

8.19. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

8.20. O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

8.21. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice [IPCA](#) de correção monetária.

Forma de pagamento

8.22. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo Contratado.

8.23. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

8.24. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

8.25. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.[A5]

8.26. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Cessão de Crédito

8.27. As cessões de crédito dependerão de prévia aprovação do Contratante.[A12]

8.27.1. A eficácia da cessão de crédito, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

8.27.2. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do Contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

8.27.3. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (Contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração.

8.27.4. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do Contratado.

8.28. O disposto nesta seção não afeta as operações de crédito de que trata a Instrução Normativa SEGES/MGI nº 82, de 21 de fevereiro de 2025, as quais ficam por esta regidas.[A14]

Reajuste

8.29. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado na data de abertura do Pregão.

8.30. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do Contratado[A16], os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do índice [IPCA](#), exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

8.31. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

8.32. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o (s) índice(s) definitivo(s).

8.33. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

8.34. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa (m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

8.35. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

8.36. O reajuste será realizado por apostilamento.

9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

9.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade *PREGÃO*, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo *MENOR PREÇO*.

Forma de fornecimento

9.2. O fornecimento do objeto será [integral, a cada Nota de Empenho](#)

Critérios de aceitabilidade de preços

9.3. *Em se tratando de contratação para registro de preços, caso adotado o critério de julgamento de menor preço ou de maior desconto por grupo de itens, o critério de aceitabilidade de preços unitários máximos será :*

9.4. *Valores unitários: conforme tabela constante no item 1 deste Termo de Referência.*

Exigências de habilitação

9.5. Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

9.6. pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

9.7. empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.8. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

9.9. sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.10. sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020;

9.11. sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.12. filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

9.13. sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

9.14. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

9.15. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

9.16. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional;

9.17. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

9.18. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

9.19. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual ou Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.20. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

9.21. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

9.22. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Disposições gerais sobre habilitação

9.23. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.24. Na hipótese de o fornecedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para assinatura do contrato ou da ata de registro de preços ou do aceite do instrumento equivalente, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.25. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.26. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.40. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

10.1. O custo estimado total da contratação, que corresponde ao valor máximo aceitável, é de **R\$ 148.463,56 (Cento e Quarenta e Oito Mil Quatrocentos e Sessenta e Três Reais e Cinquenta e Seis Centavos)**, conforme custos unitários apostos na **tabela contida no item 1.1 acima**.

10.2. Em caso de Registro de Preços, os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

10.2.1. em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos do disposto na alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

10.2.2. em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

10.2.3. serão reajustados os preços registrados, respeitada a contagem da anualidade e o índice previsto para a contratação; ou

10.2.4. poderão ser repactuados, a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento do IRR/Fiocruz, conforme informações orçamentárias a serem informadas quando da necessidade de aquisição do item, durante a vigência da Ata de Registro de Preços.

11.2. A indicação da dotação orçamentária fica postergada para o momento da assinatura do contrato ou instrumento equivalente.

12. DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1. As informações contidas neste Termo de Referência não são classificadas como sigilosas

Belo Horizonte, 17 de junho de 2

13. ANEXO I

Regras aplicáveis ao instrumento substitutivo ao contrato

(Compra com entrega imediata e integral de bens adquiridos, sem previsão de obrigações futuras, inclusive quanto à assistência técnica, independentemente do valor - art. 95, inciso II, da Lei n. 14.133/2021)

1. FORMALIZAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

1.1. O adjudicatário terá o prazo de **02 (dois) dias**, contado a partir da data de sua convocação, para aceitar o instrumento equivalente ao contrato (**Nota de Empenho**), sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas.

1.2. O prazo poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

1.3. O aceite do instrumento equivalente pelo adjudicatário implica no reconhecimento de que:

1.3.1 referido instrumento substitui o termo de contrato, sendo-lhe aplicáveis as disposições da Lei nº 14.133/2021;

1.3.2. o Contratado se vincula à sua proposta e às previsões contidas no **Edital**, no Termo de Referência e em seus anexos, conforme Termo de Ciência e Concordância (Anexo II).

2. VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação é aquele estabelecido no Termo de Referência, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.2. O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do Contratado, previstas neste instrumento.

3. OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

3.1. São obrigações do Contratante:

3.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o Termo de Referência e seus anexos;

3.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

3.1.3. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos incorreções, imperfeições, falhas ou irregularidades

verificadas na execução do objeto contratual, fixando prazo para que seja substituído, reparado ou corrigido, total ou parcialmente, às suas expensas, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas;

3.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução contratual e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

3.1.5. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no Termo de Referência e neste Anexo;

3.1.6. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e no Termo de Referência;

3.1.7. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

3.1.8. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução contratual, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

3.1.8.1. A Administração terá o prazo de **1 (um) mês**, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período. [A4]

3.1.9. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo Contratado no prazo máximo de **1 (um) mês**.

3.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do objeto contratual, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

4. OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

4.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes do Termo de Referência e deste Anexo, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

4.1.1. Entregar o objeto acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português, e da relação da rede de assistência técnica autorizada, **se for o caso**;

4.1.2. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor;

4.1.3. Comunicar ao Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

4.1.4. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor contratuais ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

4.1.5. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal contratual, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

4.1.6. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

4.1.7. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o Contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização contratual, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos:

4.1.7.1. prova de regularidade relativa à Seguridade Social;

4.1.7.2. certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;

4.1.7.3. certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do Contratado;

4.1.7.4. Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e

4.1.7.5. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

4.1.8. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante e não poderá onerar o objeto da contratação;

4.1.9. Comunicar ao Fiscal, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.

4.1.10. Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a

boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

4.1.11. Manter, durante toda a vigência da contratação, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação ou para qualificação na contratação direta;

4.1.12. Cumprir, durante todo o período de execução contratual, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação;

4.1.13. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pela fiscalização contratual, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas;

4.1.14. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência da execução do objeto;

4.1.15. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;

4.1.16. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;

5. DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

5.1. *A contratação será extinta quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.*

5.2. *Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para a contratação.*

5.3. *Quando a não conclusão do objeto referida no item anterior decorrer de culpa do Contratado:*

5.3.1. *ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e*

5.3.2. *poderá a Administração optar pela extinção contratual e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.*

5.8. A contratação poderá ser extinta antes de cumpridas as obrigações nela estipuladas, ou antes do prazo fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

5.8.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

5.8.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o objeto.

5.8.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

5.9. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

5.9.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

5.9.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

5.9.3. Indenizações e multas.

5.10. A extinção contratual não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.

5.11. A contratação poderá ser extinta caso se constate que o Contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou na contratação direta, ou atue na fiscalização ou na gestão contratuais, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

6. DOS CASOS OMISSOS

6.1. Os casos omissos serão decididos pelo Contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

7. ALTERAÇÕES

7.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

7.2. O Contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado da contratação.

7.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

- 7.4. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do Contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês.
- 7.5. Registros que não caracterizam alterações contratuais podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

8. FORO

8.1. Fica definido o Foro da Justiça Federal do [Rio de Janeiro](#) para dirimir os litígios que decorrerem da execução contratual que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021.

14. ANEXO II

TERMO DE CIÊNCIA E CONCORDÂNCIA

Por meio deste instrumento, *(identificar o Contratado)* declara que está ciente e concorda com as disposições e obrigações previstas no *Edital* , no Termo de Referência e nos demais anexos a que se refere o *Pregão* nº...../20....., bem como que se responsabiliza, sob as penas da Lei, pela veracidade e legitimidade das informações e documentos apresentados durante o processo de contratação.

Local-UF, de de 20.... .

(Nome *e Cargo do Representante Legal*)

15. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

LUIZ GUSTAVO MELO DA SILVA

Membro da comissão de contratação



Assinou eletronicamente em 17/06/2026 às 16:00:11.

ROSEMARY MAIA DA COSTA

Membro da comissão de contratação